

5. Transformações no território: mudança social e deslocamentos

Neste capítulo continuaremos com a descrição das experiências sociais da Comunidade Nova Vida, desta vez serão apresentadas as condições sócio-políticas para a formação da comunidade enquanto sujeito político, forjada pela mobilização e resistência das famílias da Montanha, cuja participação dos mediadores foi decisiva para este fato, assumindo o papel de articulador e assessor para assuntos administrativos, jurídicos e de infra-estrutura. Com esta perspectiva, serão lidos os deslocamentos compulsórios vividos pela comunidade, com destaque para o processo de negociação com a empresa PPSA, as formas de mobilização e o processo de saída propriamente dito. Posteriormente, será apresentada a organização da comunidade, denominada Comunidade de Curupéré - em função de o novo território estar localizado às margens do Rio Curupéré - destacando-se os avanços e limites no processo de adaptação e as novas demandas sentidas nos dez anos em que permaneceram no local. Encerramos com a apresentação do processo de conflitos internos, das novas negociações com empresa, mobilizações e estratégias da comunidade que culminaram com o deslocamento para Nova Vida - denominação atual.

As narrativas de dois moradores da CNV sobre os deslocamentos anunciam as dimensões culturais e políticas, da mudança social por elas provocadas: “Lembrar do sofrimento é sofrer mais uma vez” (Sr. José Moreira); “O deslocamento faz parte da existência da comunidade... O deslocamento fez com que a gente aprendesse por impacto” (Miquéias, 2009b). Em ambas, o deslocamento significou sofrimento e aprendizado e passou a compor a vida social da comunidade. Era preciso também se deslocar para estudar, trabalhar, ir às outras comunidades, participar das atividades da igreja em outras localidades e fazer tratamento em Belém.

Os fatos apresentados são provenientes das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo nas quais a memória dos deslocamentos vividos pela CNV se manifestou com a força dos sentimentos que eles produziram, tanto no plano individual quanto coletivo. Aliás, durante este processo, algo nos chamou atenção: o choro de emoção dos entrevistados quando falavam do deslocamento. Em pelo

menos cinco entrevistas a lembrança do primeiro deslocamento manifestou-se como um momento de sofrimento. A memória reafirma a história de desigualdade de poder entre a PPSA e a comunidade, assumindo um tom de denúncia. Ao recuperar tal memória a CNV a utiliza como estratégia política e cultural em seu favor. Por isso, a força da memória foi fundamental para o trabalho; recuperá-la por meio de narrativas significou perceber os acontecimentos enquanto experiência vivida. Tavares expõe com propriedade o que as narrativas representam. Em suas memórias sobre a ditadura, ele explica o que significa lembrar de um acontecimento tão marcante.

Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo e a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente. Rima? Rima, sim, e até pode ser uma rima, mas não uma solução. A única solução é não esquecer (TAVARES, 1999, p. 13).

A descrição densa, imprimida em campo durante as entrevistas, colaborou para capturar os indivíduos nas estruturas sociais construídas de forma comunitária, situando os seus papéis em transformação, sugerindo observações mais precisas. Nestas relações, as redes de solidariedade e de sociabilidade são construídas coletivamente e assim melhora a percepção da totalidade social que precisa, com alteridade, ser capturada e descrita. Percebemos aí a importância da lembrança do cotidiano, em que a memória era sempre acionada. Em meio ao envolvimento com todas as manifestações capturadas pela observação e conversas constantes, as relações sociais só poderiam ser percebidas em relação direta com os contextos em que ocorrem. Os registros evidenciam a forma de apreensão do significado, que a comunidade dá à história que viveu.

Nestas trajetórias houve novas aprendizagens e formações percebidas em distintos momentos de ocupação do território, com ênfase na busca da sobrevivência e nas estratégias de afirmação da comunidade pois nelas existem níveis de conexões e interligações constantes com o processo de construção de outros saberes e fazeres que foram destituídos e instituídos nestes processos de mudança social. Essa é a chave de leitura deste capítulo.

5.1. Da Montanha à Curuperé

Na Montanha, a informação de que uma empresa seria instalada na área da comunidade chegou de várias maneiras: “abertura de ramal (estrada com derrubada de mata) para outros entrarem na Montanha” (Ozéias, 2009), “aproximação dos técnicos da ALBRAS que começam a sugerir projetos para a comunidade e a fazer doações de brinquedos e roupas” (Joaquim, 2009), “compra de uma área da comunidade e a chegada de topógrafos” (Sr. Teté, 2009) . No entanto, havia um ponto comum que dava substância à informação: a área estava sendo visada para “empreendimento grande”. Alguns não acreditavam que isso poderia acontecer, outros queriam fazer alguma coisa contra essa possibilidade. E havia àqueles que viam uma maneira de melhorar de vida. As reações foram diversas, na medida em que também foram diversos os entendimentos do que iria acontecer. Havia aqueles que entendiam que era mais uma ação de destruição das comunidades e havia outros que simpatizam com a idéia de ter uma casa nova.

Começou a aumentar, em 1991, a visita de “pessoas da Vale” à comunidade. Eram engenheiros e empregados que observavam a área: “(...) eles estavam sempre bem vestidos, diferente do nosso dia-a-dia” (Miquéias, 2008b). Segundo os moradores, os representantes da empresa faziam mapeamento da área com a intenção de construir um porto de embarque e desembarque. A estratégia da PPSA, considerando as vantagens da localização, apontou para necessidade de instalações portuárias na área da Montanha, Vila do Conde, para secagem e embarque do caulim, mesmo a empresa sabendo das repercussões dessa logística para as comunidades locais. O terminal portuário da empresa estaria ligado à fábrica de extração e beneficiamento de caulim, localizada no município de Ipixuna, próximo ao rio Caulim, por um mineroduto de 180 km. Com a instalação, os navios com caulim seriam comercializados o mercado internacional, especialmente, EUA, Canadá, México, Coreia, Japão e China (PPSA, 2009), como de fato ocorreu.

Quando os representantes mostraram o mapa e a maquete de como o projeto funcionaria e sinalizaram para as indenizações, a comunidade reagiu de modo diferente: “Percebemos que não poderia combater... Não queriam saber do nosso bem-estar, queriam nos expulsar” (Miquéias, 2009b); “Onde o governo quer desativar, ele desativa” (Sr. Tété, 2009); “Não conseguia entender direito, não se

preocupava. Achavam que não ia acontecer nada” (Ozéias, 2009); “Havia um desejo de mudar de vida por parte de sujeitos da comunidade” (Joaquim, 2009). A chegada da empresa foi reveladora das novas situações sociais vividas pela comunidade: relação com os mediadores, negociação com a empresa e a saída do lugar.

Sentimentos como surpresa, medo, insatisfações, insegurança, desconfiança e oportunidade foram assumindo conotações maiores e somado-se ao desconhecimento, por parte dos moradores da comunidade, do aparelho burocrático e da pouca experiência em relação ao contato com instâncias oficiais de poder. Os grupos familiares produziram algumas rupturas com a condição anterior de moradores da Montanha no que diz respeito às circunstâncias, interesses e impactos da desterritorialização promovidos pela instalação do porto de escoamento da PPSA. Além do sentimento de indignação dos moradores da Montanha, o movimento de ruptura contou com a importante atuação dos mediadores sociais em três dimensões fundamentais: subsídios de informações, capacitação e assessoria. A conjugação da reação e unidade da comunidade com a ação dos mediadores foi promotora da ruptura com a visão natural dos processos de exclusão sócio-espacial, assim como colaborou para a formação política e a articulação da comunidade com as redes de entidades sociais de direitos coletivos. Por outro lado, colaborou para a formação política e a articulação da comunidade com as redes de entidades sociais de direitos coletivos.

Nesse contexto se deu as aproximações com os mediadores: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena (STRB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), as professoras e alunos do projeto "Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no Município de Barcarena-Pa" (Curso de Serviço Social da UFPA), conhecidas como “o pessoal da Universidade”.

Há dois aspectos que cooperaram para essa aproximação: (1) a presença de sindicalistas na rede de parentesco da comunidade – o Sr. Teté era primo do Sr. Alfredo dos Anjos e tio de Jorge dos Anjos, sindicalistas que moravam em Vila do Conde e; (2) a lembrança da situação difícil que passaram as famílias que foram deslocadas da área de implantação da ALBRAS no município. Do apoio do sindicato vieram as articulações com a CPT e UFPA. Esses atores, de um modo geral, assumiram o papel de mediadores ao discutirem e construírem processos de enfrentamento e interação a partir das situações concretas em que se encontrava a

comunidade, privilegiando a criticidade e a postura dos moradores naquela situação, constituindo-se em espaços pedagógicos para aprendizados políticos pertinentes à comunidade.

Antes de continuarmos com a descrição das dimensões políticas inerentes ao processo de deslocamento, apresentaremos um quadro-síntese das entidades que assessoraram a comunidade nesse processo. Em nosso entendimento, essas entidades conseguiram agenciar processos e promover outras racionalidades a partir da conjugação de projetos comuns no campo dos direitos humanos e da cidadania, cujo foco de atuação podem ser traduzidos em espaços educativos: neles é possível compreender o sentido de uma educação que se realiza nas práticas sociais, políticas e culturais de um grupo.

MEDIADORES	ATUAÇÃO
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena (STRB)	Organização social e formação aos trabalhadores rurais
Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Setor Guajarina	Apoio jurídico e assessoria técnica em questões agrárias
Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará – Projeto de Extensão "Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no Município de Barcarena-Pa".	Formação, orientação e organização social

Quadro 1 – Atuação dos Mediadores junto à CNV.

A atuação dos mediadores permitiu aos membros da comunidade importantes experiências que correspondem a muitos espaços pedagógicos: reuniões, assembléias, palestras, sessões da Câmara e atos públicos. Desses múltiplos e complementares processos de formação surgiram novas lideranças, outras formas de organização, diferentes estratégias de resistência e discussão sobre as alternativas de manutenção da comunidade.

Na pesquisa documental tivemos acesso a duas atas de reunião feitas pela STRB em que fica subentendido a tensão do processo de deslocamento. Nelas há registros históricos desse processo e de como os moradores se posicionavam no debate. A primeira aconteceu no dia 04.06.1993, na sede Associação dos Trabalhadores Rurais de Curupeté e tinha como objetivo discutir:

(...) as questões que envolvem a venda pela CDI1 –PA para empresa Rio Capim Cauim S.A (RCCSA) de uma área de 70 ha, integrantes da terra que constituem o Distrito Industrial de Barcarena, pertencentes ao Governo do Estado do Pará (...) A operação de compra e venda das terras localizadas na região conhecida como ‘Montanha’, Distrito de Vila do Conde, realizada dentro das normas previstas em lei, abrangeu o compromisso de buscar-se uma solução para o reassentamento das famílias residentes na área da Montanha, a avaliação das benfeitorias implantadas na área e a correspondente indenização, com base em planilha de cálculos a ser elaborada pelos técnicos do ITERPA (ATA DE REUNIÃO, 1993)

A segunda que ocorreu em 25/06/1993, na Igreja da Assembléia de Deus, na Montanha, que teve como objetivos:

1. Trazer respostas às reivindicações encaminhadas pelas comunidades na reunião anterior, de 05.06.93;
2. Ouvir dos representantes das famílias integrantes da Montanha, qual a opção final de cada uma delas quanto ao local e condições para o seu reassentamento, para a finalização do processo de compra e venda feito entre a CDI-PA e a RCQSA” (ATA DE REUNIÃO, 25.06.93)

As reuniões foram solicitadas pelas famílias da Comunidade da Montanha. Na reunião do dia 04/06/1993 registrou-se a participação dos seguintes representantes: Raimundo de Almeida Wanderley (CDI/PA), Luiz Antônio Bandeira (RCQSA), José Cláudio Barra (ITERPA/PA), Alfredo Dias dos Anjos (ASTRC), Jorge Dias dos Anjos (ASTRC), Erenice Ferreira Lopes (Secretária do Meio-Ambiente da Sub-Prefeitura da Vila dos Cabanos – Barcarena/PA), José Lúcio de Azevedo (Representante do Centro Comunitário de Vila do Conde), João Batista Cardoso Viana (Secretário Agrário do STRB/PA), Roberto Carlos de Araújo (Professor do Curso de Serviço Social da UFPA), Raimunda Nonata de S Paes (Aluna do Curso de Serviço Social da UFPA).

Na reunião do dia 25/06/1993 participaram: Raimundo de Almeida Wanderley (CDI/PA), Raimundo Nazareno Alves (SECTAM), Guilherme Mendes e Ronaldo Joaquim, Alfredo Dias dos Anjos (ASTRC), João Batista Cardoso Viana (Secretário Agrário do STRB/PA), José Moreira – Presidente da ASTRC, Jorge Dias dos Anjos (ASTRC), Teófilo Dias Rodrigues (Comunidade da Montanha), Francisco Anjos do Nascimento (Pastor da Comunidade da Montanha), Girolamo Treccani (STRB/CPT).

O fato de a Comunidade ter provocado a reunião, aponta alguns sinais de avanço na organização política do grupo. Girolamo Treccani, advogado da CPT, reforça a idéia com o seguinte comentário:

Mas o ponto fundamental pra mim entender que sempre balizou a discussão foi a identidade daquela comunidade, isto é, nós não queremos sair daqui e se formos obrigados a sair daqui vocês têm que nos reassentar perto daqui e não reassentar família, família, mas o grupo todinho. Eu acho que essa talvez diferentemente do Tucuruí e de outras experiências de remanejados por barragens ou atingidos... E

1 A Companhia de Desenvolvimento do Estado do Pará (CDI) está vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Pará (SEICOM) e tem por finalidade ordenar a ocupação industrial no Estado, fazendo diagnósticos e concebendo projetos para a criação de distritos industriais no Pará.

daí, o princípio de solidariedade grupal que para mim é uma das características fundamentais daquela comunidade que dificilmente se encontra em outros lugares, claro que outros lugares também tem a sua forma de organização parecida mais não tão forte tanto quanto eu reparei naquela comunidade que permanece até hoje, por causa disso e isso é fundamental (Treccani, 2010).

Outro aspecto que merece ser destacado é o caráter do enfrentamento. Ainda contando com a entrevista de Treccani (2010), ele explica o movimento da comunidade que inicia tímida e sem muitas posições porém passa a ser protagonista e toma a frente das reuniões com posições instigantes e politizadas. Isso era ampliado com a desmistificação de que as autoridades representavam maior conhecimento.

Eu acho que o enfrentamento teria sido mais difícil pra deixar só a comunidade. E volto repetir é o juízo de valor, é uma construção de um processo, a gente sabia exatamente de que nós teríamos que ajudar a comunidade, sobretudo no começo a dizer qual o rumo da comunidade, talvez eu acho que um dos sucessos maiores foi exatamente isso a comunidade se apropriar, inclusive do discurso do enfrentamento ou da negociação porque não necessariamente negociação significa sempre enfrentamento. Tinha momento no qual precisava ter uma posição mais enérgica, outros momentos de não, diria de recuo, mas de negociação sobre como fazer aquilo, como alcançar aquele outro, portanto eu acho que a própria análise sempre das atas mostra como que algumas posições mais firmes e mais fortes no começo tinham que ser assumidas pela assessoria mas inclusive intervir mais nas discussões e nas assembleias que tinham nas reuniões de negociação (Treccani, 2010).

A Professora Nádia Filho, coordenadora do projeto de extensão da UFPA, acompanhou os desdobramentos dessas reuniões e seus resultados mais imediatos. Ela ressalta também a organização muito forte da comunidade e o sentimento de grupo e de pertencimento: “O sentido da luta os unia... Eles tinham o protagonismo do processo. O processo não é isolado, mas é um processo geral e dinâmico. Em que os personagens continuam em outros contextos” (FIALHO, 2010). Chama atenção também a visão de Treccani (2010) sobre o sentimento de união da comunidade.

Outra ação que eu acho interessante, é perceber como a dinâmica interna da comunidade ela sofreu assim várias investidas mas ela manteve uma coesão pelo menos razoável. Foram claras as investidas de calar algumas lideranças, cortar pura simplesmente dando dinheiro, outra simplesmente dando coisas, mas também, prometendo emprego e aí esse foi um dos primeiros fatores de desagregação, desagregação que não chegou a se completar, mas que aqui e acolá em algumas famílias criou dificuldades internas exatamente porque algumas famílias que estavam sendo beneficiadas passaram a ter uma postura até de defesa, portanto não tendo evidentemente qualquer crítica a fazer a quem escolheu diferente, sobrevivência está acima de qualquer outra discussão. E, daí a necessidade de um novo remanejamento, isto é, a saída deles do Curupeté

procurando alternativas, uma saída meio traumática porque ela choca a comunidade. (Treccani, 2010).

O remanejamento, as benfeitorias e a titulação da terra eram a base da negociação trazida pelos representantes da PPSA para justificar a saída do lugar. No entanto, com a interlocução qualificada dos mediadores, foram construídas etapas de organização e outras pautas foram sendo levantadas na negociação com a empresa. Sinteticamente, com base nos depoimentos, podemos sistematizar e descrever três etapas ocorridas no período de 1991 a 1993, que apresentamos a seguir: 1ª Etapa, primeiros contatos; 2ª Etapa, organização e formação da liderança e 3ª Etapa, reuniões com a empresa, audiência e negociações.

Com relação à 1ª etapa, em decorrência de sua realidade social, os moradores da comunidade tinham acúmulos decorrentes dos confrontos bem mais cotidianos e das experiências pontuais originadas na comunidade. No entanto, para este contexto de deslocamento, negociação e indenização, demonstravam dificuldades e fragilidades: “A gente tinha que sair por bem ou por mal, pois a área não era nossa” (Miquéias, 2010); “Não tinha mais jeito” (Ozéias, 2009); “O povo era leigo e afastado das coisas” (Daniel, 2009). Além desses aspectos, havia o desconhecimento do que ia acontecer, além de uma exacerbação da melhoria das condições de vida por parte da empresa diante de um quadro social de pobreza. Joaquim e Daniel comentaram sobre isso em suas entrevistas:

(...) quando eles começaram o desmatamento..não se sabia o que era. Sabíamos que iam fazer um porto, mas não sabia pra o que era. Depois que fomos saber que era pra uma tal de Caulim. Primeira empresa que foi colocada foi o Rio Capim Caulim Química/SA2” (Joaquim, 2009).

Primeiro contato se dá através de um assistente social. O nome dele era Carlos Bandeira. Ele promove a primeira reunião. Proposta dele: ‘a comunidade vai ser muito próspera a partir de agora. A empresa vai chegar e trazer muitos benefícios, como escola, emprego...vocês vão ser indenizados, terão uma casa boa’. A pobreza dos bens materiais estava estampada (...) (Daniel, 2009)

Na segunda etapa é criada a Associação dos Moradores da Montanha, cuja iniciativa foi dos moradores, após orientação do STRB.

(...) ela foi criada [a associação] justamente pra que nos garantissem o direito, alguns direitos, né de nós ter a casa, de nos dar muda de planta..ela foi criada pelos professores..mas só que ninguém sabia administrar..pra funcionar ela tem que ter o documento..e ela tem que ter o poder jurídico..ninguém tinha interesse

2 Esse foi o primeiro nome da empresa. Em 1995, ela passa a se chamar de Pará Pigmentos S.A. (PPSA).

em ser presidente de nada que o presidente faz afinal de contas ninguém sabia, já viemos ter capacitação quando já em Curuperé (Joaquim, 2009).

Com a Associação houve uma mudança na organização da comunidade: reuniões mensais, discussão dos problemas da comunidade e mobilização/resistência. Essa cultura de organização – que entendemos como processo educativo - era necessária para enfrentar a pressão da empresa em se instalar e o nível de preparo de seus interlocutores. O Sr. Antônio Bandeira, assistente social, era o principal representante da empresa que fez a prospecção da área junto com uma equipe da CVRD e foi o responsável pela informação da necessidade da área e das condições de indenização. Os registros sobre o Sr. Bandeira, que passou a ser mais observado nesta etapa, captados pela pesquisa, foram os seguintes: “homem muito inteligente” (Miquéias, 2009); “ ele fazia pressão psicológica” (Joaquim, 2009); “catedrático” (Daniel, 2009) , “ele dizia que veio negociar com os homens, não com as mulheres” (Cleonice, 2009).

Os movimentos de mobilização e resistência iniciam nesse período, percebidos nos depoimentos a seguir:

Eles chegavam com pasta com dinheiro para pagar a indenização e a comunidade não aceitava (Joaquim, 2009);

Os períodos de reuniões serviram para a afirmação da Associação (Miquéias, 2009b);

Temos que lutar para ficar juntos (Sara, 2009);

Coube ao STRB as primeiras orientações, formação, explicações e apoio, demonstrando a mediação do Sindicato, dando início à terceira etapa referente às negociações com a empresa. Como revelam os depoimentos:

Mas com o Sindicato há o esclarecimento e a mobilização por lutar por direitos...O Sindicato preparou, instruiu os moradores com advogados (Miquéias, 2009a).

Jorge Dias, Teodoro, Alfredo e José Moreira [sindicalistas], assim, tomando a frente e dizendo para nós: ‘olhe não aceite, vamos lutar mais, a idéia, aquela idéia de nós termos o direito, nós vamos se tornar mais forte porque nós temos uma associação para nos representar (...)’. Não somos mais individualistas (...). A igreja saiu mais a associação tava lá... Porque a igreja normalmente não gosta de confronto (...). A igreja não deu participação, porém as pessoas estavam aqui com uma idéia de consciência forte (...) Vamos lutar independente lá do pastor, de como a igreja vai se comportar, nós teremos ao nosso lado, quem, o sindicato, a associação que está nos representando” (Daniel, 2009)

A aproximação da CPT e dos professores e alunos do Projeto de Assessoria foi uma articulação com as redes de contato, como relata Daniel (2009) e Joaquim (2009)

(...) fomos buscar na Pastoral da Terra alguém para nos orientar o que dizer. Aí veio o Dr. Jerônimo. Na época advogado da CPT. Aí ele chegou e falou o seguinte: ‘você não podem aceitar a proposta deles. É conversa fiada (...). Eles vão dar um documento para vocês assinarem a modo do que aconteceu no passado..e vocês vão receber nada.

(...) com a idéia desses homens [Jorge, Alfredo e José Moreira] nós começamos a fazer uma reunião estratégica de preparação. A própria UFPA já mandava estudantes do curso do social. Mandava cinco, seis alunos. Já fazíamos a nossa prévia, reunião de preparação. Quem falar e o que falar. Essa estratégia deu certo porque não deixamos a comunidade falar por si. Mas fomos falar no conjunto o que quer e o que não quer. Porque tinha em determinado momento uma dissipação de idéias .e percebeu-se que eles queriam entregar uma casa 4X4 e isso aí rola meses [referência ao tempo de negociação]. Três ou mais de negociação. A empresa começa a ficar cansada porque ela queria urgentemente. Chega um momento deles dizerem assim: ‘Olha se vocês não quiserem, nós vamos nos retirar da reunião’. É quando alguém levanta e diz: ‘você pode se retirar porque na verdade nós não estamos precisando de mais uma empresa aqui. Estamos vivendo bem e sossegado’. Tava orientado a falar isto. ‘Está cansado podem ir embora. A comunidade vai viver muito bem sem a empresa de vocês’. A empresa teve que sentar. Ela sentou. Ela entendia que era negócio. Ela sabia que a comunidade meses mais adiante, teria que ceder, mas dentro de um acordo com as nossas necessidades (Joaquim).

Depois do período de dois anos aproximadamente, em 1993, houve uma constatação: ficar na Montanha não era mais possível em função da área pertencer a CDI que havia comprado da Prelazia de Abaetetuba. Essa constatação trouxe para as famílias da Montanha a necessidade de fazer um acordo, correspondendo à terceira etapa de organização: audiências e negociações com a empresa. Em quase dois anos de negociação (1992 a 1993) ocorreram muitas reuniões e a pauta era única e permanente: a saída e os seus desdobramentos. Algumas pessoas já eram sindicalizadas (Sr. Teté, Sra. Yolanda, Sr. Luiz) mas não participavam das reuniões de análise de conjuntura proporcionada pelo STRB, em sua sede na Vila dos Cabanos. Não havia, na comunidade, a cultura política de reunir e discutir os problemas de maneira mais sistematizada e planejada. Isso começa a mudar com a notícia da presença dos representantes da empresa Rio Capim Química S. A. para negociar a área. Apesar de todas as dificuldades com o novo processo de adaptação, não se pode negar o nível de adesão dos moradores no sentido de garantir a união da comunidade para a causa. Mesmo diante dos sinais de

fragilidade, aconteceram sensíveis manifestações de mudanças na postura política, retratada em mobilizações e resistências, além da própria postura diante dos fatos.

Junto com as reuniões, as palestras e conversas também foram se constituindo como espaços pedagógicos durante as negociações. As palestras tinham como foco a preparação dos membros para as reuniões, no que diz respeito à postura, modos de expressão, momentos de avanços e recuos durante as negociações. Elas aconteciam na sede do sindicato e eram feitas pelos próprios sindicalistas. Algumas vezes esses encontros ocorreram na UFPA. As conversas ocorriam nos momentos mais informais do contato entre os sindicalistas e os membros da comunidade. Nelas, as orientações eram bem individualizadas e de acordo com o papel daqueles moradores nas negociações, ou seja, sua posição, sua maior característica e seu nível de entendimento.

Para o STRB também era nova a experiência de negociação. Até então, o sindicato não tinha acompanhado uma negociação desde o início, mas estava assessorando a Comunidade de Ponta Grossa nas audiências no Ministério Público que havia sido remanejada da área de Ponta Grossa onde se instalou à ALBRAS, cujas audiências de indenização estavam sendo acompanhadas pelo sindicato. O que fazia deste fato uma espécie de “espelho” para situações futuras, por isso, a posição do Sindicato do ponto de vista dos membros da comunidade, era radical e chegava assustá-la. As orientações do Sindicato eram nas seguintes direções:

1) Com relação a abertura de estradas: “O Sindicato ensinava que não podia deixar abrir via” – referência às estradas abertas com tratores para dar acesso à comunidade (JOAQUIM, 2009);

2) Sobre o cálculo das benfeitorias: “A estratégia de negociação era valorizar aquilo que não tem valor” – referência às plantações e benfeitorias feitas pelas comunidades (JOQUIM, 2009);

3) Acerca da postura da empresa ante alguns membros: “Não pode deixar a empresa minar a cabeça de vocês” – referência às pessoas da comunidade que estavam sendo assediadas pelas promessas da empresa (OSÉIAS, 2009).

A ata de reunião de negociação do dia 04.06.93 traz as principais propostas da comunidade como resultado de uma longa discussão e preparação dos moradores, fruto de sua formação política e social. Destacamos as propostas constantes na ata:

1 – Que seja indenizado os moradores da Comunidade da Montanha;

- 2 – Que seja construído um templo equivalente ao da Comunidade da Montanha, na Comunidade do Curuperé .
- 3 – Que seja construída uma parte para a travessia do Igarapé Dendê, para a travessia para a Vila do Conde;
- 4 – Que se construa uma escola na Comunidade do Curuperé;
- 5 – Que se responsabilizem por cuidar dos moradores da área da Montanha, dando-lhes toda a assistência necessária.;
- 6 – Que os moradores recebam proteção contra os invasores e lhes sejam dadas condições de sobrevivência;
- 7 – Que as famílias que não desejam mais ficar que sejam indenizadas em dinheiro.
- 8 – Que seja especificado o local e suas imediações por onde deve passar o mineroduto;
- 9 – Que seja esclarecida a participação do ITERPA no fornecimento dos títulos das terras, sendo apresentados casos de pendência na expedição de títulos antigos;
- 10 – Que as pessoas que foram remanejadas, recebam na época em que não houver produção;
- 11 – Que se reserve uma área tanto para alojar as Comunidade do Curuperé, e que os lotes de terra possuam a extensão de 15 HÁ de terra;
- 12 – A companhia dos Distritos Industriais do Pará / CDI, não pode ficar isenta de compromisso com a comunidade. (ATA DE REUNIÃO, 1993).

De um modo geral, o STRB cumpriu o papel de mediador fundamental para as negociações com a empresa. Tratava-se de se fazer interlocução com as entidades para a prática coletiva. E sua ação foi qualificada em virtude dos assessores da CPT e do Projeto de Assessoria às Organizações Sociais e Comunitárias de Barcarena (UFPA), já estavam com o Sindicato no acompanhamento da ação judicial, estava sendo movida pela Comunidade Ponta Grossa junto à ALBRAS, em decorrência do não cumprimento das indenizações. O legítimo aprendizado adquirido pelos moradores da comunidade foi a formação política, fundamental para compreensão dos cenários postos e de sua grande complexidade sócio-cultural e política.

A concepção, a metodologia e a interação da educação com os movimentos populares permite considerar pistas que colaborarem para a compreensão dos moradores da comunidade diante das suas relações com o mundo e a sociedade, sobretudo daquilo que foi denominado por eles como: “saber negociar”; “sabemos nossos direitos”, “fazer pressão na empresa”, “não ter medo da empresa”, “aprender a ter postura com a empresa”. E aquilo que não é claro para eles, mas que resultou em aprendizado, que foi o de monetarizar benfeitorias, compreender o valor de troca do território que para eles tradicionalmente só tinha valor de uso. O próprio sentido de se organizar e mobilizar, fazer reuniões de preparação e articulação para conquista dos direitos também é revelador nesse campo educativo, além de representar, no fundo, forma de resistência. Um fato ocorrido

no campo ilustra essa relação orgânica entre comunidade e mobilização. Durante uma entrevista com um grupo da comunidade, houve uma ligação para o Daniel, Sra. Iolanda informou que ele estava participando de uma reunião. A reação da pessoa que ligou, descrita pela Sra. Iolanda, foi a seguinte: “Está havendo alguma coisa. Tão querendo tirar vocês daí de novo”. A reação, comentada pela Sra. Iolanda em tom de brincadeira, revela o que ficou como representação social do sentido de reunião para os moradores. A reunião passou a significar como pensar no que fazer diante de uma situação adversa e sempre ligada ao ato de se preparar para alguma coisa. Logo, falar de reunião já lembra organização, mobilização e resistência.

A esse respeito Gohn (2005a e 2005b) ao fazer referência sobre a educação nos movimentos populares e sociais, situa algumas questões sobre educação não-formal pertinentes a nossa discussão. Segundo a autora, a educação não – formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso, ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária. A educação não-formal é uma educação popular e emancipadora, intensamente democrática, por isso, tem mostrado inúmeros exemplos de solidariedade, de vida dedicada à ética e à educação política.

Os representantes da empresa davam demonstrações sutis de que o processo já se encontrava avançado: presença constante de topógrafos na área, que foram detidos pelos membros da comunidade; recomendavam que não houvesse, nas reuniões, representantes do STRB; traziam desenhos de modelos de casa (maquete) apresentados aos membros da comunidade, demonstrando que a saída era uma questão de tempo. Em que pesem os limites deste trabalho, percebemos que a gestão e acompanhamento da empresa PPSA foi reelaborada pelos moradores da comunidade como impositiva e com fortes sinais de descumprimento dos acordos firmados. O caráter autoritário é revelado na própria constatação de que, apesar da empresa ter dado um caráter de conversa com os moradores da comunidade, a decisão de deslocamento já estava tomada, antes mesmo de iniciar as negociações. É a idéia do vazio social lembrada por Magalhães (1991) e ilustrada pelo depoimento do Miquéias (2009a): “a área foi vendida com a gente dentro. Não sabiam que tinham moradores”. Retomada as

negociações, o acordo foi fechado e com ele começa a nova fase: preparação para saída da Comunidade.

Depois de muitas buscas para se encontrar um novo local e com o esgotamento do prazo estabelecido, foi escolhida a área de Curuperé para remanejamento das famílias. A escolha foi em razão: a) da distância de 2 km da Montanha; b) da aproximação com a rede de parentesco das comunidades; c) da existência do rio Dendé e; d) da proximidade do STRB. Alguns desses fatores são expressos na posição de Daniel (2009) sobre o fato:

A idéia da empresa era quanto mais longe jogar melhor. A Associação descobriu pra nós 'porque vocês não vão bater diariamente na porta dela [empresa]..se vocês ficarem próximo da empresa, vocês serão um calo no sapato porque o que acontecer com vocês de modo geral estará afetando a porta da empresa'. E deu certo essa idéia. Foi uma idéia fantástica. Então qual a proposta? Vamos pra Curuperé? Que é a nossa família que está nos aguardando lá. Aí se aceita a proposta de Curuperé, fortalecemos a associação, o sindicato...

O acordo da nova área foi fechado e começaram a construção das casas na área do Curuperé. Segundo Ozéias (2009), “alguns iam ver as casas com grande ansiedade”. Havia sido combinado que a desocupação da área da Montanha ocorreria após três dias de concluída a construção das casas e as benfeitorias. No entanto, ocorreu a ida de uma primeira parte da família, revelando ansiedade e uma espécie de garantia de sua casa. Com isso, houve um transtorno com a saída e mudança das primeiras famílias para Curuperé, considerando que o trabalho ainda estava por concluir. Permaneceram na área famílias do Sr. Teté, da Sra. Benevenuta e do Sr. Izídio. Estas saíram com a conclusão das obras.



Fotografia 1 – Assinatura do Termo de Compromisso entre a Comunidade da Montanha e empresa Pará Pigmentos.

Fonte: Arquivo da família do Sr. Teté (sem autoria, s/d)

É possível perceber nos depoimentos, algumas divergências no que diz respeito ao tempo da negociação, ao papel do STRB e aos resultados da negociação propriamente dito. O tempo da negociação diverge entre os moradores (um ano, um ano e meio e dois anos), o que se pode deduzir é que foi um tempo longo compatível com o período de formação e articulação da comunidade, como também dos entendimentos internos sobre o que realmente optar nas negociações. Com relação ao papel do STRB, há duas posições sobre a sua atuação: 1ª) o Sindicato foi “enganado” pela empresa na medida em que o acordo não foi cumprido e pelo fato do terreno escolhido ter sido numa área industrial, dificultando a posse da terra em definitivo e; 2ª) a atuação foi a melhor possível, dentro das circunstâncias que se apresentavam e que o não cumprimento do acordo foi em função do poder de pressão ter sido enfraquecido com a ida das famílias, sem que as benfeitorias tivessem sido terminadas e vistoriadas. Sobre o novo terreno, a escolha foi da própria comunidade, por se tratar de um local que ficaria próximo dos parentes, do pessoal do sindicato e da própria empresa.

As atividades políticas dos moradores da Comunidade da Montanha tornaram-se educativas. O grupo social em interação com as entidades construiu mediações sociais e políticas, desenvolvendo importantes práticas educativas para suas formações. Os saberes políticos foram mediados na relação dialética com os processos históricos que envolveram comunidade, mediadores e empresa. Trata-se de espaços educativos constituídos nas dinâmicas próprias territoriais que garantem processos de formação, reveladores do quanto as relações sociais, vivenciadas entre indivíduos e grupos de uma determinada comunidade e entre grupos com histórias diferentes, correspondem a contextos edificantes de práticas educativas (FEITOSA, 2007; BATISTA, 2006 e 2007). Nesse ambiente de campo de relações são potencializados movimentos que a mobilização de saberes de experiências permite nas práticas sociais (FALKEMBACH, 2007 e BONDIA, 2007).

As experiências sociais relativas ao processo de desapropriação de terras e de reassentamento de famílias tem circundado as discussões sócio-antropológicas, que buscam perceber o estado de inflexão nas comunidades e o reflexo disso para o processo de formação. Nesta direção, as ações sociais são sempre parte de sistemas mais amplos e de processos de compreensão intersubjetiva, aqui nos

referimos à mediação. Ambientada no contexto de comunicação compartilhada, a mediação é um processo de elaboração, de processo criativo. É nessa linha de reflexão, que sinalizamos que os processos de mediação política são processos pedagógicos de formação. A mediação requer, portanto, a compreensão da diferença, da alteridade e a relação social, todos elementos importantes na noção de cultura. Monteiro, Arruti e Pompa (2007) apontam que a tarefa da mediação é a categorização da alteridade (comparação e generalização), a fim de que as diferenças sejam analisadas de forma mais abstrata possível, fazendo com que as “alteridades se mantenham em relação e não se expulsem mutuamente” (idem). Os autores assinalam que a importância está em observar como os grupos identificam e produzem as diferenças. Neste plano, quando os moradores da Comunidade da Montanha, em sua atuação, cruzam, confrontam, aproximam e negociam interesses em espaços de relações e contatos, eles estão produzindo “encontros” ou “zonas de contato”, se materializando através das redes de relações (reuniões políticas, encontros rituais, publicações, viagens etc.) e também, na vida cotidiana e no espaço físico. São produzidos símbolos, códigos e significações próprias (MONTEIRO, 2006), como foram as suas reelaborações a respeito da saída da Montanha, cuja descrição passamos a fazer.

Os moradores informaram que a mudança das últimas famílias foi feita de carro, barcos e, em alguns casos, a pé. A empresa havia previsto novembro de 1993 para saída dos moradores de Montanha, mas essa data foi antecipada para 1º de janeiro do mesmo ano. A seguir, os moradores expressam o que sentiram ao serem retirados da Montanha.

- *A sensação era como se tivesse morrido alguém, e tivesse se lamentando* (Eunice, 2009);

- *Arrancaram um pedaço de nós* (Joaquim, 2009a)

- *Minha história apagou (...). O lugar ninguém substituiu. O lugar para mim era o mais importante* (Ozéias, 2009)

-... *A mudança, o aperto, o peso em deixar o lugar. Deixar o habitat com tradição e ir para outro lugar sem rio, praia e sem poder ter a vida como antes. A saída foi marcada pelo fato de ter sido tão rápido e marcante pelo processo doloroso. Temos uma grande cicatriz* (Miquéias, 2009a)

Os moradores deram esses depoimentos, com a voz embargada, lágrimas nos olhos e demonstrando um profundo sentimento de perda. Chamou-nos atenção uma constatação: durante os depoimentos da saída da Montanha,

Miquéias (2009b), Daniel (2009b), Cleonice (2009a) e Eunice (2009b), fizeram referência ao comportamento e a emoção do Ozéias (2009), sendo inclusive o último a deixar a comunidade. Na entrevista com o Ozéias (2009), podemos perceber o porquê dessa referência. É o que tentamos descrever a seguir.

*Tem que puxar um bom fôlego [quando é pedido para falar da sua saída da Montanha]. Essa é uma parte que eu guardo [voz embargada] até hoje. É, não consigo apagar da memória. Naquele dia que a gente saiu.. não lembro a data..mas, pra mim, eu entrei como se eu tivesse entrando em uma porta, né. Eu vi tudo escurecer [choro, silêncio e foi feita uma pausa]. Nós tínhamos um templo evangélico e eu fiquei lá dentro, prazo de 40 minutos, eu fiquei sentado lá e passou-se a minha história. Veio acontecer tudo que tinha se passado lá.. que eu ia pra praia, naquele hora que eu vi que não ia ter..[choro, silêncio prolongado]. Naquele momento às 5 horas da tarde eu percebi que eu estava perdendo uma praia. É como se a praia fosse minha. Mas foi só naquele momento que eu me dei de conta do que eu estava perdendo uma coisa muito valiosa e pra mim quando eu acordava, lá no começo da entrevista eu falei, citei..que eu acordava pela manhã sempre que a água tava grande É como se o mar tivesse sorrindo. É impressionante também alguém ouvir esta história vai dizer é loucura, talvez por ter passado muito tempo, mas pra mim era realidade. É como se eu visse o mar sorrindo e me convidando. Aí eu abraçava..corria na praia..abraçava o mar, mas no dia da nossa saída eu percebi que nós estávamos perdendo algo importante da minha vida estava acabando. Pra mim não tinha mais sentido [novo silêncio]. Começou escurecer.. então daí eu via que não tinha mais jeito, não tinha mais solução, nós não tínhamos mais casa, estava destruída. Era o certo acompanhar minha mãe, meu pai e eu fui a última pessoa a chegar na nova comunidade. Já estava escuro. Acho que cheguei por volta das 7 horas. Terrível! Fui andando, **fui o último a sair**. Das três famílias que estavam lá restante, **eu fui o último a sair**. Prazo de uns 40 minutos depois deles saírem, porque já estava escurecendo, **eu fui a última pessoa a sair** e no caminho que eu ia. É como se eu não tivesse pisando mais na terra, ía se passando o filme de tudo que tinha acontecido.. praia linda, nós se juntava com os colegas, jogava bola na praia e .nesse tempo, lá eu tinha arrumado a primeira namorada, eu sabia que era lá naquele lugar que tinha namorado e tava se acabando pra mim, foi se acabando. Pior de tudo que eu não tinha como registrar nada. Aí até chegar na nova comunidade..essa é a história da saída de lá da Montanha e até hoje me deixa muita saudade, muita falta. Infelizmente, eu hoje já não se pode voltar mais lá, não se pode mais andar, não é mais como era, muito mudado. Já tive a oportunidade de voltar lá, mas está muito mudado, é como se nunca ninguém tivesse morado por lá. A área que nós habitava foi derrubada, devido a erosão, onde eram as casas o mato tomou conta..daí ficou (...) está irreconhecível na verdade. Apenas onde está situado a empresa é que (...). É uma mudança mesmo, mas onde é que eram principalmente a casa do meu pai (...) é um negócio espantoso, muito feio de se ver [choro e silêncio]. Foi muito difícil (Ozéias, 2009a, grifos nossos).*

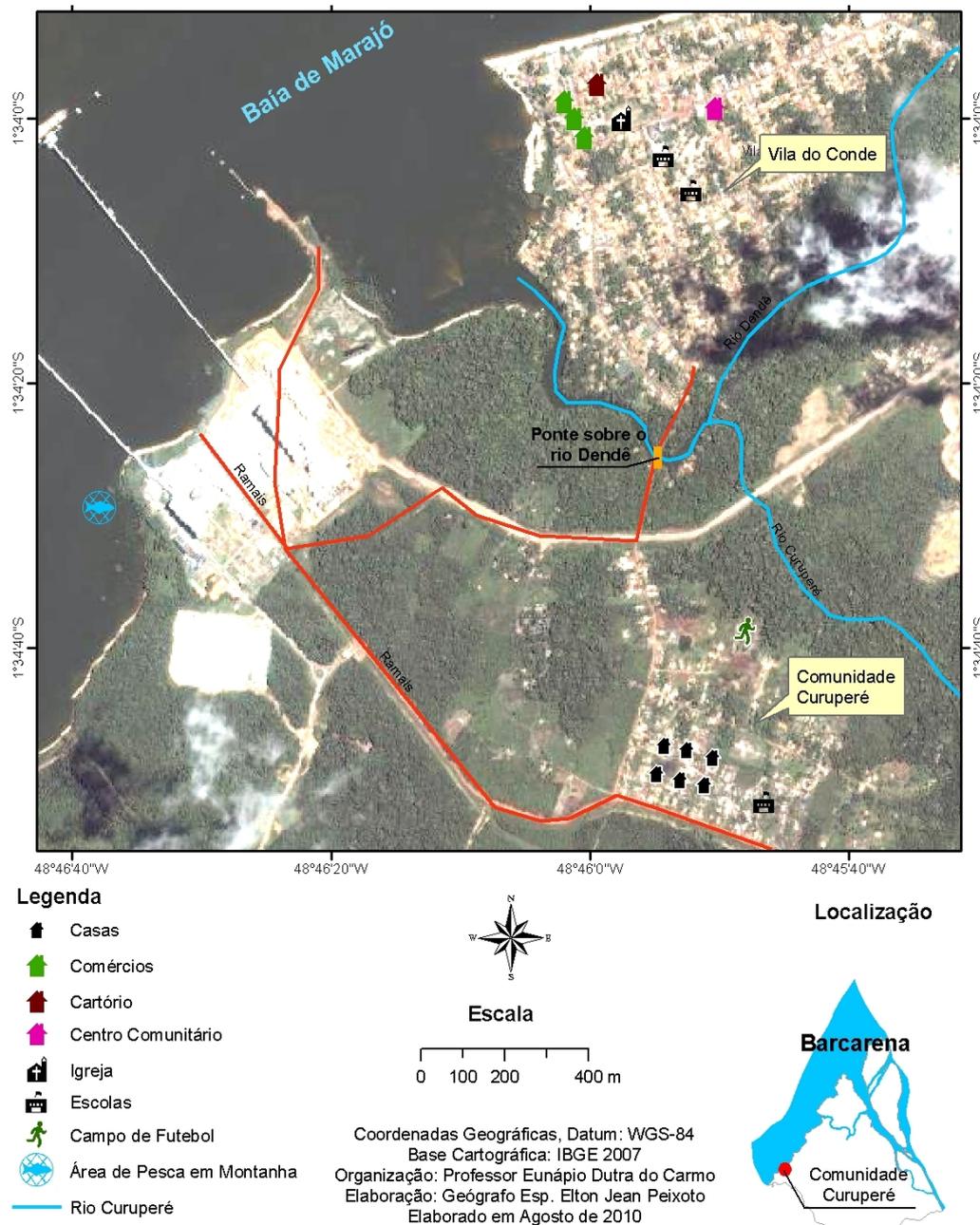
O depoimento revela o sentimento de pertencimento ao território, com seus aspectos afetivos e emocionais. O sofrimento com a saída revela a dimensão da perda material e imaterial, base fixa da memória que é produzida sócio-historicamente. O deslocamento da Comunidade da Montanha tem dimensões simbólicas e marcou a história, as relações e as atitudes dos seus moradores. O

deslocamento compulsório é um processo de desterritorialização (COSTA, 2004). A perda do espaço, compreendendo a moradia, os quintais e, sobretudo, o rio, que são partes da territorialidade dos moradores, tem danos irreparáveis. A retirada implica em perda dos referências, das histórias, dos vínculos culturais, econômicos, sociais e espaciais. É um grande impacto na vida social e cultural da comunidade, causando traumas e frustrações; uma violência simbólica que usa da subjugação para a retirada dos moradores. A remoção, para Ozéias, foi tensa e emocionalmente difícil, daí o seu depoimento revelar as implicações desses processos que não podem ser resolvidas com indenização, pois o valor é simbólico-cultural, por isso ressalta várias vezes que foi o último a sair. Ele não queria deixar o lugar da sua história, da sua vida.

5.1.1. A organização da comunidade e as estratégias de adaptação no novo espaço

A complexidade social da formação da Comunidade de Curuperé está relacionada com alguns fatores que merecem ser destacados e ilustrados no mapa abaixo:

- A Comunidade de Curuperé já existia e era formada por pequenos agricultores e pescadores que tinham relações de parentesco com as famílias da Montanha;
- O terreno destinado às famílias da Montanha fica próximo ao sítio do Canaã daí o nome dado a área de Nova Canaã;
- Os ramais que correspondem à abertura de estradas ampliaram a ligação da comunidade com a Vila do Conde e com toda sua infra-estrutura (comércio, escola e cartório);
- A criação da ponte sobre o Rio Dendê, que possibilitou o fluxo da comunidade em direção a outros espaços sociais.



Mapa 5 - Localização da Comunidade de Curupéré no contexto geográfico da região

A chegada dos membros no novo espaço ocorreu de maneira distinta. O primeiro grupo, que chegou em outubro de 1993, foi formado pelas famílias do Sr. Raimundo Rodrigues, Sr. Luiz Rodrigues e Samuel Castro, que tomaram essa iniciativa com o intuito de garantir a casa, contrariando a recomendação da comunidade. Para os membros deste grupo havia a necessidade de imediata ocupação da área. Alguns moradores alegam que essa atitude promoveu o não

cumprimento do acordo em sua totalidade, diminuindo o poder de pressão da comunidade. Esse fato é mencionado como um dos aspectos de enfraquecimento da comunidade e compôs um primeiro dilema vivido pela comunidade. Podemos dizer que esse fato é um dos responsáveis pelos conflitos que, posteriormente, serão vividos pela comunidade. O segundo grupo chegou à Comunidade de Curuperé no dia 01/01/1994. Houve antecipação na data que estava prevista para novembro do mesmo ano. Nesse grupo estava a família do Sr. Teté, grupo conhecido como “mais antigo”, que cumpriu o prazo e saiu da Montanha no período estipulado. Para esse grupo, o deslocamento foi muito sofrido e a adaptação difícil.

FAMÍLIAS EM CURUPERÉ					
Já estavam no local	Número de pessoas	Remanejadas da Montanha	Número de pessoas	Agregados que casaram no local	Número de pessoas
Alfredo	6	Teté	5	Ózeias	4
Moreira	8	Raimundo	7	Adonias	3
Conceição	6	Izídio	8	Jose Pereira	6
Fátima	5	Luiz	9	Salu	5
Roberto	5	Prisco	5	Creuza	7
		Benavenuta	4	Carlinho	6
		Samuel	7	Raimundo	3
		Rosa	3	Bringel	2
		Clarice	10	Moisés	3
		Daniel	5	Isaias	3
		Joaquim	5		
TOTAL	30	TOTAL	68	TOTAL	42
TOTAL GERAL	140				

Quadro 10 – Quantidade de pessoas por família em Curuperé, discriminadas por momentos de ingresso na comunidade

Os grupos familiares passaram por um processo de desterritorialização que se caracterizou por mudança social nos modos de vida, na produção e na relação com a natureza. As primeiras impressões indicavam uma área com muitas dificuldades e problemas de adaptação:

Olhar um monturo de terra que deu trabalho para as famílias. De um lado e do outro, só havia mato (Daniel, 2009).

Alguns voltavam para visitar a Montanha. Tá o corpo no lugar [Curuperé] e a alma está em outro lugar [Montanha]. Muita saudade. Era preciso se largar aos poucos da Montanha (Daniel, 2009).

Não conseguimos dormir no primeiro e segundo dias. Queria voltar (Eunice, 2009).

As reações diante do novo território a ser ocupado – Curuperé – são diversas e se expressaram de muitas formas:

(...) uma parte do pessoal saiu na frente... Eu saí janeiro de 94 a casa só tava coberta, não tinha janela, não tinha porta, não fizeram reboco. Fizeram radie no chão, piso mal feito, não tinha banheiro... A madeira era de péssima qualidade. A casa só tinha umas paredes, não tinha nada dividido... tinha dois quartos, uma sala e outro quadrado de novo que se chamava de cozinha... Não tinha instalação de água... A rua ficou só naquele chão batido... Nesse Curuperé nós sofremos muito. (Joaquim, 2009)

Eu olhava pra um lado e pra outro, só enxergava mato. Isto é muito difícil. (Ozéias, 2009)

Um fato interessante, diariamente as pessoas que estão em Curuperé, iam nas casas velhas deles em Ponta da Montanha... Íam buscar uma fruta que ficou pra lá por meses a fio. As pessoas íam... Você sabe o que é estar o corpo num lugar e a alma no outro? Era assim que eles viviam... Eles íam pescar... Não gosto de mexer muito neste passado...mas sabe aquele amor que você tem por aquilo ali..que agora não é mais seu..mas você não larga ele, ele se largou aos poucos da beira da praia. (Daniel, 2009)

É nesse contexto de insatisfação que a Associação dos Trabalhadores Rurais de Curuperé, fundada em fevereiro de 1991, começa uma aproximação maior com a comunidade. Tendo na liderança o Sr. Alfredo dos Anjos e, posteriormente, o Sr. Jorge dos Anjos, que são parentes diretos da família do Sr. Teté. A presença de parentes na nova área era um dos aspectos favoráveis, considerando a proximidade no convívio social.



Fotografia 2 – Sede da Associação dos Trabalhadores Rurais de Curupé
Fonte: Arquivo pessoal da Prof^{ra}. Nádia Fialho (FIALHO, s/d)



Fotografia 3 – Seminário de Formação na ASTRC (I) (FIALHO, s/d)
Fonte: Arquivo pessoal da Prof^{ra}. Nádia Fialho (FIALHO, s/d)



Fotografia 4 – Seminário de Formação na ASTRC (II)
 Fonte: Arquivo pessoal da Nádia Fialho (FIALHO, s/d)



Fotografia 5 – Assembléia na Comunidade de Curuperé
 Fonte: Arquivo pessoal da Nádia Fialho (FIALHO, s/d)

Mesmo diante de muitas dificuldades, a Comunidade conseguiu mobilizar uma reunião com os representantes da PPSA e CDI na Igreja. Nessa reunião, algumas lideranças e membros da comunidade se pronunciam (Jorge dos Anjos, José Moreira, Alfredo dos Anjos e Conceição), adotando uma linha de diálogo e

necessidade de retomada do acordo para alguns casos. O depoimento de Cleonice ilustra essa situação.

Eu lembro assim que eu disse pra eles ‘vocês estão sendo moleques..estão nos tratando como ninguém. Que vocês pegaram nós da nossa terra de onde nós tinha o nosso direito de ir e vir e vieram nos jogar aqui..A saída? Não tem nenhuma saída pra nós. Vocês pensam que nós somos filhos de bicho? Que pega assim e larga!’ Nossa! Mas eu falei tanto! Tanta coisa que um olhava pra cara do outro, aí queria levantar pra ir embora, sabe? Com vergonha.. Porque antes já tinha outras pessoas que tinham falado alguma coisa.. só que não chegaram a desabafar mesmo..dizer isso.. D’eu chegar e contar que meu filho bota um prato na mesa e não tem o que comer. Ele pede! Ele não quer saber se tinha comida, se não tinha. Ele pedia. Quem sabia que não tinha era eu! Então eu entrava pro meu quarto e chorava.. Eu falava pra eles: ‘essa vida nossa mudou muito. Lá na Montanha ninguém era empregado mas dava pra ir na praia pegar um caramujo que a água secava, eles ficavam na pedra’. Quando terminei até eles mesmo aplaudiram, pediram perdão, desculpa.. que eles não sabiam a realidade. Foi aí que a gente disse assim: ‘realmente vocês não sabem! Porque vocês mandam alguém na frente vir negociar e depois vocês só vem desfrutar, né?’.. Aí depois disso já começaram a mudar com a gente..Aí os homens começaram a ter coragem de enfrentar..Aí foi quando eles falaram que a gente poderia recorrer e arrumar outra área..Aí que eles foram dizer que realmente lá eles não poderiam dar o título de posse! E lá a gente não podia trabalhar em nada mais! Por causa que era uma área imprópria pra nós! (Cleonice, 2009).

O depoimento de Cleonice nos permite reforçar a reflexão já apontada neste capítulo sobre a desmistificação do fato de que por serem representantes das empresas e do poder público eram superiores e detentores de maior conhecimento e inteligência. No entanto, nesse caso, há uma particularidade: é o fato do enfrentamento vir de uma mulher. Na história da Comunidade, sempre eram os homens que protagonizavam as ações mais marcantes. Isso se explica pela própria tradição da comunidade e por suas lideranças masculinas. Por isso, que a fala da “Cléo” (como ela é conhecida na comunidade) incomodou tanto. Ela denunciou a fome e as condições de abandono vividas na comunidade. E ela complementa:

(...) porque nós éramos simples, humilde que não falava muito... Talvez não tivesse uma instrução, um grau de instrução grande, elevado que nós ia deixar ser enrolado assim por nada?! Aí nessa plenária lá eu fui muito aplaudida por todos eles... Eu não medi palavras pra falar. Eu falei o que eu tava sentindo... A dificuldade foi tão grande em casa que meu filho pedia comida, ele sentava no chão assim, botava o prato e eu... a gente sofreu muito [choro]. Meu filho pedia comida e não tinha (Cleonice, 2009)

A fala de revolta da Cleonice revela a situação na Comunidade de Curuperé. Nos relatos são perceptíveis as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Uma delas era a “fome”. Algumas ações foram feitas com o intuito de amenizar a situação. A empresa fornecia cestas básicas às famílias que durou aproximadamente dois anos. Nos relatos de Clarice destacam-se: as doações mensais e em datas festivas.

Ela diz: “os funcionários [Rita e Júnior] entregavam para cada família uma cesta básica. E no dia das crianças entregavam brinquedos e muita roupa (...). Ganhavam presentes no dia das mães, Natal e Final do Ano” (CLEONICE, 2009). Em outro depoimento a fome na comunidade reaparece. Ao se referir às reações do marido diante do choro da filha com fome, Diná (ano) dizia a ele: “Não bate nela [na criança]. Ela tá chorando de fome” (DINÁ, 2009).

Apesar de algumas ações no sentido de amenizar as condições adversas, especialmente buscando superar a situação de precariedade na alimentação com casos de fome, o que percebemos nos relatos, é que a produção de alimentos para subsistência ficou prejudicada, derivando em problemas de ordem sócio-emocional para comunidade. Sobre o tema, Carmo (2009) realizou estudos sobre a segurança alimentar e nutricional da comunidade, tendo como eixo de análise os deslocamentos vividos por esse grupo social. A autora destaca que a aquisição de alimentos, na comunidade, a prática alimentar adquiriu dinamismo e ressignificação ao longo dos remanejamentos implicando em escolhas alimentares de base industrializada e na limitação às mudanças do território.

O processo de garantia da segurança alimentar adquire novos caminhos: o da aquisição dos alimentos via monetária. Para tanto, novas ocupações foram introduzidas na comunidade. Novos trabalhos e relações trabalhistas fizeram parte do cotidiano, imprimindo também novos significados na prática alimentar (CARMO, 2009, 40).

Diante de um quadro alimentar bem restrito, a Comunidade viveu duas experiências de superação: o sopão comunitário e o aproveitamento de alimentos com o Projeto de Assessoria da UFPA. O sopão comunitário foi um projeto que contou com o apoio e orientação da Pastoral da Criança. Foi importante a iniciativa, que em 1994 ganhou adesão de muitos moradores em razão das poucas alternativas de alimentação, conforme explicou Daniel, um dos participantes do projeto. Uma das bases para a realização eram as verduras coletadas da horta comunitária.

(...) mas existiu a fome em Curuperé..tanto é que nós pela Associação criamos o sopão que é uma busca de verduras. Nós fizemos uma horta muito rápida,.uma horta comunitária e tínhamos mocotó de boi que o açougue doava juntávamos e fazíamos uma sopa para a comunidade. Nesse período já estava eu e um grupo envolvido na Pastoral da Criança. Aí precisa de informação... Quando se percebeu, essas crianças vão passar fome vamos buscar apoio de alguém...Pastoral da Criança. Fazer o quê? Fazer cursos...Vamos alimentar as crianças de maneira barata. Foi em 93/94, logo no início de Curuperé (Daniel, 2009).

Articulada com a primeira iniciativa, os cursos de reaproveitamento foram promovidos pelo Projeto de Assessoria da UFPA e somaram-se às ações da horta comunitária como podem ser vistas nas fotos abaixo.



Fotografia 6 – Horta comunitária na CNV

Fonte: Arquivo pessoal da Professora Nádia Fialho (FIALHO, s/d)



Fotografia 7 – Canteiro de sementes da horta comunitária da CNV

Fonte: Arquivo pessoal da Professora Nádia Fialho (FIALHO, s/d)



Fotografia 8 – Refeição do projeto de reaproveitamento

Fonte: Arquivo pessoal da Professora Nádia Fialho (FIALHO, s/d)

A mesma informante que relatou a postura ofensiva numa plenária com os representantes da empresa e da CDI, confirmou que as mulheres, em Curuparé, tiveram uma postura mais politizada do que na Montanha. Exemplo disso foi a rebelião das mulheres, ocorrida em 1999 e liderada pela Sra. Iolanda, esposa do Sr. Teté. A rebelião se propunha a pressionar os representantes, em especial Sr. Bandeira, a retomar as negociações que não estavam sendo cumpridas como deveriam. Segundo Cleonice “(...) os homens estavam assim... Não tá se negociando, a gente vai resolver... E na verdade, a gente sentia aquele impacto, né? Se não fosse a força das mulheres, talvez os homens não tivessem conseguido muita coisa. Eles tinham que ter a força das mulheres”. A rebelião conseguiu fechar a rua de entrada e cercaram o carro em que se encontrava o Sr. Bandeira. As mulheres, no total de 10, se armaram com material de cozinha e conseguiram serem ouvidas pelo representante da empresa:

Olha! Vocês têm que ir buscar... Vocês têm que ligar pras lideranças virem sentar aqui conosco junto com nossos maridos, porque agora nós quer fazer parte dessas reuniões que até então só eram os homens que faziam parte da negociação. Aí eles: não! Agora vai ser com todos nós! Se nós mulheres aprovar o que vocês propõem aqui pros homens vocês vão ganhar, se não, não vai ter negociação nada! Nós vamos voltar pra Montanha (Cleonice, 2009).

Houve ainda outros acontecimentos que demonstram o quanto a comunidade assumiu a dimensão política, dos problemas enfrentados, chegando a fazer um pronunciamento na Câmara de Vereadores de Barcarena e um ato

público denominado “Grito dos Excluídos”. Esses fatos vão reconstituindo a comunidade em meio à sociedade civil. São experiências de caráter político, que funcionam como marcadores importantes da postura da comunidade diante da situação de expropriação social em que vivia. Outro momento foi o pronunciamento na Câmara dos Vereadores:

(...) foi em 94, nós estávamos no processo de emancipação de Vila do Conde e nós fizemos uma visita pra Câmara por solicitação dela para prestar esclarecimentos porquê que nós queríamos emancipar, porquê nós queríamos dividir o município. Me deram a oportunidade pra falar em nome da Associação do Curuperé porque as pessoas falavam na rua que eram um grupo de pessoas interesseiras no dinheiro de Barcarena. Nós precisávamos falar que nós estávamos numa luta não por causa do dinheiro do município, mas por causa dos munícipes que estavam ali... não é interessante você ver dinheiro na frente e ver o povo jogado na miséria, que era invasão pra todo lado, a falta de saúde e segurança pra todo lado... Foi bom naquele momento..porque se abriu uma porta para outras vezes pra gente estar ali naquela casa. Os movimentos sociais de Barcarena tomaram uma força muito grande a partir desse movimento houve uma luta entre nossos próprios companheiros porque uns, até do sindicato, eram contra ...Vila do Conde foi o lugar mais impactado e é o que menos recebe atendimento ao longo desses quase 30 anos desde que se implantou os grandes projetos no município de Barcarena. Ele [município] nunca recebeu os devidos tratamentos e ainda hoje é desprezado porque que o município que recebeu todas as coisas ruins não pode receber o bem? E era esse o nosso olhar, foi essa a mensagem que nós tínhamos que pregar lá. A mensagem não do eu, a mensagem do coletivo. Perdemos a emancipação, mas foi muito bom ali... Aprendemos (Daniel, 2009).

A insatisfação com nova área aumentava devido à percepção do não cumprimento do acordo:

(...) então a empresa usou muitas estratégias pra induzir a nossa saída e depois esqueceram tudo (...) Aí ela promoveu alguns projetos lá.. A Pará Pigmentos já implantou um projeto de uma horta, uma criação de galinha da granja, patrocinou alguns cursos pra gente, como criar..deu uma ajuda na pescaria..mas são coisas que a gente olha..e vê que não tem futuro porque a comunidade não tem aptidão pra essas coisas. Eles querem colocar um projeto da cidade, no interior.. ah porque deu certo lá no Rio vai dar certo aqui.. não é as mesmas pessoas (Joaquim, 2009b)

Em linhas gerais apresentamos um quadro que sintetiza as questões principais do acordo e o que foi e não foi cumprido pela empresa.

ACORDO	
O que foi negociado entre comunidade e empresa	O que foi e não foi cumprido pela empresa
- Titulação da terra	- Não cumpriu, porque o terreno escolhido era de área industrial
- Indenização pelas benfeitorias	- Cumpriu
- Construção de casas de alvenaria com banheiro	- Não cumpriu, construiu casas sem banheiro
- Construção da igreja	- Cumpriu
- Construção da escola	- Cumpriu, mas com instalações precárias
- Saneamento básico	- Não cumpriu. Foi construído um poço de “boca aberta com muita exposição”, sem condições de abastecimento
- Fornecimento de energia elétrica	- Cumpriu, mas posteriormente em função de uma outra negociação
- Construção do centro comunitário	- Não cumpriu
- - Construção do posto médico	- Não cumpriu

Quadro 11 – Relação de pontos de negociação entre empresa-comunidade e resultado cumpridos e não cumpridos

Havia uma limitação concreta, os moradores da comunidade tinham pouco ou nenhum conhecimento de lei. Isso preocupava a liderança da comunidade na medida em que impunha uma diferença nas negociações.

(...) vai falar de lei pro índio? Que ele vai entender? Nada! Então foi a mesma coisa. Lá nós éramos apagados. Então por isto que eu digo: o erro teve nas pessoas que nos acompanharam... eles eram pra ter uma visão maior sobre essas coisas..nós fomos negociados de ter uma proposta de documento e não tivemos...de ter garantia..e não tivemos..depois nós chegamos pra lá, eles disseram: olha vocês tão aí, daí vocês dão o jeito de vocês apesar de tudo, depois nós quebramos o pau com eles, quando nós conhecemos os nossos direitos..que aí a energia chegou, que aí todo mundo começou a prestar atenção no jornal, se falava em direito. Por exemplo, eu já comprei o livro pra mim, de direito, eu já comecei a ler a legislação. Qual era o meu direito de terra..aí botaram a luz lá e não ligaram nas casas... Daí nós se invocamos..dizendo que ia derrubar a torre deles..porque na verdade nós éramos muito fracos pra bater de frente pra empresa (Joaquim, 2009b)

A questão da titulação da terra está na essência da luta por cidadania da comunidade, uma das maiores reivindicações. Importante lembrar, que desde as discussões para o remanejamento das famílias da Montanha, a titulação da terra foi tema das reuniões de negociação com a CDI e representantes da empresa. Naquela situação ficou evidenciado que a terra não pertencia a comunidade, portanto só tinham direito de indenização das benfeitorias, já que a área, segundo a CDI, pertencia à Prelazia de Abaetetuba e a mesma já tinha sido adquirida pelo

governo do Estado, como foi apresentada em reunião de negociação que transcrevemos abaixo, por considerá-la fundamental.

O Dr. Jerônimo, assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena – Pa, solicitou esclarecimentos gerais sobre essas novas residências para onde iriam as famílias, quantos cômodos têm, enfim, que tamanho será, para realmente os moradores poderem tomar uma decisão.

Solicitou ainda que as planilhas dos valores a serem pagos como indenização pelas benfeitorias, fossem repassados pela CDI/ITERPA aos moradores da montanha e seus representantes, e que fosse concedido um prazo para que tais valores fossem revistos.

Dra. Ereni Ferreira Lopes, da Secretaria do Meio – Ambiente de Barcarena, solicitou que fosse esclarecido quem era o proprietário legal das terras.

Foi esclarecido que o proprietário legal das terras era o governo do estado do Pará, que através da CDI adquiria as mesmas da antiga Prelazia do Abaeté, atual diocese de Abaetetuba.

O Dr. Jerônimo solicitou a palavra e esclareceu à assembléia que o Sr. Bispo de Abaetetuba não venderá as terras da antiga prelazia, mas que as mesmas tinham sido alvo de desapropriação pelo governo do estado.

O Dr. Bandeira contrapôs que, de qualquer forma o nome que se queira dar àquela transação, na verdade o governo do Pará pagou uma quantia à diocese, de tal forma que tal transação foi registrada em cartório oficial, e que portanto, o estado do Pará se tornou proprietário daquelas áreas, revendendo-as em ata pública para a RCQSA, através da CDI.

D^a Ereni Ferreira Lopes, após dados os esclarecimentos entendia que realmente só seriam indenizadas as benfeitorias, já que as terras da montanha pertenciam à CDI, e que a população infelizmente não possuía documentação sobre a área.

Dr. Jerônimo solicitou a palavra, e apelou para que nenhum morador assinasse qualquer documento de acordo, sem antes ser apresentada a proposta final das indenizações a serem pagas, e fosse também concedido um prazo de sessenta dias (60), para que fosse procedida uma nova avaliação dos valores pela comunidade da montanha e seus representantes.

O Dr. Bandeira insistiu que necessitava de uma decisão naquele momento, pois se assim não ocorresse, as negociações para compra da área da mãe de Deus não poderiam ser fechada, e que tais prazos eram muito extensos.

Dr. Jerônimo insistiu na necessidade de um prazo para ser procedida a reavaliação das propostas indenizatórias do ITERPA, esclarecendo que não se tratava de uma desconfiança do trabalho, que vinha sendo desenvolvendo pelos exemplos dados anteriormente, era necessário proceder essa realização, mesmo que, num prazo menor, de vinte (20) dias, por exemplo.

Ante a situação de impasse que ia se formando, o Dr. Raimundo de Almeida Wanderley, da CDI, solicitou a palavra e comprometeu-se junto com o pessoal do ITERPA, a tentarem obter autorização de suas chefias superiores, para divulgarem previamente as tabelas indenizatórias, de modo a que, todos pudessem proceder as avaliações próprias.

Dessa maneira ajustou-se que o trabalho de avaliação das benfeitorias e identificação dos preparatórios, de pato, dos roçados existentes na área dos fundos do terreno, seria concluído pelo ITERPA nos próximos 04 dias, juntamente com a vistoria dos imóveis a serem adquiridos nas áreas urbanas, apontadas como de interesse, para aquisição das famílias que manifestaram aquela opção (ATA DE REUNIÃO, 25.06.1993)

Com o deslocamento para Curuperé, a comunidade volta a requerer a titulação da terra esbarrando em novas dificuldades, algumas já apresentadas

durante a reunião, conforme trechos descritos anteriormente. A postura legalista e, em alguns momentos, de conivência com a empresa por parte dos órgãos do governo (CDI e SECTAM) era percebida nas estratégias de morosidade em responder às demandas da comunidade e no trato burocrático. Em contra-partida a comunidade, contando com o apoio dos mediadores, foi desenvolvendo alternativas de comunicação para a discussão de interesses da comunidade, com destaque para algumas estratégias constantes nos ofícios, e relatórios elaborados pela Associação dos Trabalhadores Rurais de Curupeté. A primeira estratégia foi o teor contundente dos ofícios que conseguiram trazer para o centro do debate o cumprimento do acordo e sua validação como forma de respaldar a ação da comunidade. Depois, o fato dos ofícios serem direcionados para órgãos distintos fazia com que, o tema ganhasse visibilidade e reforçasse as reivindicações. Ao serem encaminhados a muitas entidades o peso político dos ofícios aumentava. Para sistematizar essas informações, apresentamos a relação dos ofícios referentes ao cumprimento do acordo, emitidos pela ASTRC.

DATA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
28.05.2006	PPSA	Solicita o cumprimento do Termo de Compromisso assumido entre comunidade e empresa, informando as cláusulas não atendidas
04.01.1998	Câmara de Vereadores de Barcarena	Faz denúncia sobre descumprimento da titulação a terra e solicita esclarecimentos e providências sobre a situação
08.01.1998	SECTAM	Faz denuncia sobre descumprimento da titulação da terra e solicita esclarecimentos e providências sobre a situação

Quadro 12 – Relação de ofícios emitidos pela ASTRC, por destinatário e assunto

Outro tema que, de certa forma conseguiu enfraquecer a discussão sobre a titulação foi à questão da poluição na área do Curupeté. Um relatório da CPT faz menção a esse fato:

Relacionado a área para a implantação do projeto agrícola, foi colocado outro problema, agora de ordem ambiental. Dra. Margarida, membro da SECTAM-Barcarena, apresentou através de um mapa toda a área de incidência de poluição, sobretudo de flúor causado pelas fábricas, que teria um alcance de 10 quilômetros. De acordo com ela este fator seria motivo de não ser implantado projeto agrícola nenhum, nas proximidades das fábricas, nem deveria morar pessoas (CPT, 25.12.1997)

Houve muitos sinais da poluição na área e seus danos à saúde e à natureza. Em relatos do Treccani (2010), Daniel (2009), Ozéias (2010), Diná (2009) e Joaquim (2009b) são feitas considerações a respeito de três fatos: 1. A queda das folhas das árvores e a mudança da cor das plantas; 2. Problemas de saúde (pulmão e pele); 3. Comprometimento da produção agrícola. No entanto, apesar das tentativas de enfrentamento da situação junto à empresa, à Prefeitura e ao Estado, a comunidade sofreu com esses problemas até a sua saída da área. Os jornais locais também confirmam os problemas com a poluição.

DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS SOBRE POLUIÇÃO EM CURUPERÉ		
JORNAL	DATA	TÍTULO DA MATÉRIA
A Província do Pará	20.04.1991	Vila do Conde atingida por fluoreto da Albrás
A Província do Pará	21.04.1991	Poluição está matando árvores em Barcarena.
Diário do Pará	21.04.1991	Deputado denuncia que a Albrás mata a vegetação
A Província do Pará	11. 11. 95	Curuperé Preocupa (I)
A Província do Pará	11. 11. 95	Curuperé Preocupa (II)
A Província do Pará	22/11/95	Mineroduto traz problemas à população de Barcarena
A Província – Caderno Regional	14 a 20.08.99	Curuperé: indefinição marca dia-a-dia da comunidade

Quadro 13 – Relação de matérias sobre poluição em Curuperé, por jornal, data de publicação e título.

O conjunto dessa situação - deslocamento, retomada de negociação e disputa política – marcou a vida da comunidade, sua formação política e suas práticas sociais. O seu protagonismo é fruto da sua crescente consciência sócio-educativa. A comunidade conheceu, de fato, a realidade e tinha identidade territorial com o local. Nota-se que as contradições sociais e as iniciativas de diálogo e colaboração entre múltiplos atores e setores da sociedade civil organizada, abriram oportunidades inéditas para a mobilização de recursos e competências à comunidade, correspondendo a dinâmicas e processos de

transformação social que ainda estão em curso, mas que gestam contextos políticos e novos desdobramentos sociais, que também desafiam as estratégias das organizações sociais. Gohn designa para esse processo de organização várias dimensões: aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; capacitação dos indivíduos por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos e a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor. A autora parte de um eixo central que é a cidadania coletiva e deste ponto desenvolve aspectos que contornam o que ela chama de caráter educativo dos movimentos populares referindo-se ao papel que ocupa a educação nos movimentos populares, baseada nos “interesses de coletividade de diversas naturezas” (GOHN 2005a).

O território educa porque ele permite movimentos, destituições e instituições de aprendizagens. Este fato dá vida ao processo de formação ocorrido na comunidade estudada, mas não impediu certo estranhamento do espaço, da terra, das casas, das ocupações, das brincadeiras, dentre outras situações vivenciadas. Na tentativa de comparar esses aspectos na Montanha e Curupeté, apresentamos o quadro que segue, baseado nos relatos dos moradores adquiridas, em entrevistas de campo:

ASPECTOS	PERDAS	GANHOS	RESSIGNIFICAÇÕES
Espaço	A praia caudalosa, extensa, composta de areia e com uma visão privilegiada. “A praia que servia de banho, campo de futebol, treinamento e uma sala de aula”.	- Saber lidar com um rio de várzea, mais estreito, tendo lama em suas margens. - Entender a história do rio e recomeçar as histórias da comunidade à beira do rio - Dendé, tranqüilo e mais simples; - A comercialização mediante a torça e venda de produtos em razão do baixo retorno e/ou falta da pesca; - Aproveitamento do açaí nas áreas de várzea, um fruto típico da região.	- A pesca assume outra feição por causa do rio. Foi aprimorado o conhecimento da rede e do espinhal, surgindo a pesca da zaguaia (própria para área com baixa visibilidade, exigindo mergulho e técnica de respiração para pescar no fundo do rio); - Manusear as embarcações no rio Dendé que possuía outra navegabilidade.
Terra	Terra orgânica e fértil que não precisava da intervenção humana para produzir frutos	- Conhecimentos e técnicas sobre o cuidado com a terra	- Aprimoramento do cultivo da terra que aliou os conhecimentos anteriores com os novos conhecimentos

Quadro 2 – Relato de moradores

As experiências com as transformações território são diversas. Essas experiências estão no campo da perda, do ganho e da resignificação do que tinham, dando novos sentidos e possibilitando novos aprendizados. São novas funcionalidades construídas pela dinâmica social geradoras de outras práticas sociais, portanto de novos saberes, experiências e intencionalidades, que são ajustadas de acordo com as circunstâncias da sua organização, que está relacionada com o processo de mudança social desencadeado pela expansão industrial. As comunidades resistem na medida em que, a sua realidade está constantemente sendo construída e reinventada, sendo necessário elaborar outras estratégias de relação social, produções e de organização social. O caso da Comunidade de Curupeté é revelador dessa situação, como mostra o quadro acima. Como se refere Brandão ao analisar os valores políticos e humanos de uma comunidade e a sua reivenção.

Ora, na comunidade ou na tribo, existe um mundo construído e, mais do que isto, um mundo social ativamente em construção. As pessoas do lugar produzem e reproduzem há muitos anos os seus bens e serviços; criam e recriam as suas redes de relações sociais, desde a ordem afetiva do casal, até a ordem política do grupo social como um todo; inventam e reinventam o universo de símbolos que justamente traduz o seu trabalho sobre o mundo, a sua ordem social, a sua vida e a sua afetividade (BRANDÃO, 1985, p. 36)

A subordinação dos padrões de vida tradicionais aos padrões da sociedade de mercado, que causa a dinamização de outras atividades e interiorização de outros valores, são aspectos que influenciaram na “ordem social” da comunidade, somada ao fato das condições precárias do espaço, em razão do não cumprimento do acordo ter sido um elemento central para se atentar à conjuntura urbano-industrial.

ASPECTO/ SITUAÇÃO	PERDAS	GANHOS	RESSIGNIFICAÇÕES
ESPAÇO	A praia caudalosa, extensa, composta de várzea, mais estreita e com uma visão privilegiada. “A praia que servia de banho, campo de futebol, recreio e uma sala de aula”.	Saber lidar com um rio de várzea, mais estreito, tendo lama em suas margens. Entender a história do rio e recomeçar a história da comunidade à beira do rio Dendé, tranquilo e mais simples; A comercialização mediante a compra e venda de produtos em função do baixo retorno e/ou falta de espaço para a pesca; Aproveitamento do açai nas áreas de várzea, um fruto típico da região.	A pesca assume outra função por causa do rio. Foi aprimorado o conhecimento da rede e do espinhal, alargando a pesca da zaguaiá para área com baixa visibilidade, exigindo o uso de técnica de mergulho e técnica de respiração para pescar no fundo do rio); Manusear as embarcações no rio Dendé que possuía pouca navegabilidade.
TERRA	Terra orgânica e fértil que não precisava da intervenção humana para produzir frutos	Conhecimentos e técnicas sobre o cuidado com a terra	Aprimoramento do cultivo da terra que aliou os conhecimentos anteriores com os novos conhecimentos
CASAS	A visão simples das pessoas e a afinidade entre elas.	Conhecimento sobre “casas de madeira”, como projetá-las e fazê-las, garantindo a durabilidade em maior.	A casa como resultado do trabalho; um bem, uma conquista.
OCUPAÇÕES	A profissão de pescador e agricultor que estava ligada à identidade e fazia parte da vida social da comunidade da Montanha; As mães perdem o maior contato com os filhos, afetando sua identidade como mãe que “cuidava dos filhos”	Conhecimento técnico e prático do mundo do trabalho assalariado; Adquiriram nova profissão para garantir a sobrevivência das famílias; O valor do salário era superior ao que conseguiam com a pesca. sua regularidade, pois dependia do tempo da pesca.	Trabalhavam na pesca e na agricultura, durante os feriados e aos finais de semana, tentando retomar essas atividades para não ter gastos com produtos da agricultura (farinha, cacaxeira, maxixe, etc.), colaborando com as despesas domésticas.
MODOS DE VIDA E RELAÇÕES SOCIAIS	A solidariedade, a confiança, a amizade foram diminuindo em função dos conflitos na convivência, do distanciamento entre as pessoas e da desarticulação da família; O casamento perde a sua força como compromisso de um casal	Viver em comunidade também pressupõe saber lidar com o conflito e a diferença, buscando prevalecer a ação coletiva entre os membros	A união na diferença com as contradições e disputas presentes nas relações sociais; A vizinhança fazendo parte de uma intrincada rede de relações sociais.
LIDERANÇA	Medo de lutar pelos direitos; Timidez em conversar e participar das reuniões de organização.	Participação em associação e sindicato; Maior interesse por questões de lei e organização social Posição diante do contexto de deslocamento	A liderança passa a ser mais legitimada e tendo mais de que os antepassados aprenderam com seus exemplos a construir uma liderança voltada para comunidade; Manutenção do caráter de comunidade com valores ainda fortes, o que foi decisivo para a relação da

			derança com os membros da comunidade.
SEGURANÇA ALIMENTAR	A facilidade de acesso à pesca e coleta de mariscos Terreno fértil para a agricultura	Conheceram mais alimentos, documentado e variando a disposição dos mesmos; Utilização da horta comunitária Uso de técnicas de conservação e alimentos.	Maior valorização aos produtos naturais, produzidos pela terra; Aproveitamentos dos alimentos e ação para evitar desperdícios.
BRINCADEIRAS	As brincadeiras da e a praia (barquinho, mãe d'água, corrida na praia, mergulho, pular das árvores na praia ...)	As crianças e jovens despertaram-se para outros tipos de brincadeiras a partir de suas atividades e inovação numa área sem muitos recursos para brincar, utilizando-se de improvisos para brincar em pequenas áreas; Brincadeiras que podiam ser feitas à noite, ajudadas pela energia elétrica que favorecia isso, que não ocorria na Montanha por não ter a mesma condição; Novas brincadeiras: pipa, arrafão, soldadinho amarra, aredão, pata cega, a mãe da pira bate-e-fica	Unificação das brincadeiras que permitiu a fusão e outras possibilidades entre as brincadeiras da praia e da cidade.

Quadro 15 – Perdas, ganhos e ressignificações com o deslocamento da Montanha para o Curupeté

As experiências com as transformações do/no território são diversas. Elas estão no campo da perda, do ganho e da ressignificação do espaço por parte daqueles que as vivem produzindo novos sentidos e aprendizados. São funcionalidades construídas pela dinâmica social, geradoras de práticas sociais, portanto de outros saberes, experiências e intencionalidades ajustadas às circunstâncias da sua organização. Tais funcionalidades e aprendizagens, que as experiências lembram no caso particular da Comunidade estudada, estão relacionadas com o processo de mudança social desencadeado pela expansão industrial. As comunidades resistem na medida em que a sua realidade está constantemente sendo construída e reinventada, buscando novas estratégias de relação, produção e organização sociais. O caso da Comunidade de Curupeté é revelador disso, como demonstrou o quadro anterior. Nessa mesma direção, aponta Brandão:

(...) na comunidade ou na tribo existe um mundo construído e, mais do que isto, um mundo social ativamente em construção. As pessoas do lugar produzem e reproduzem há muitos anos os seus bens e serviços; criam e recriam as suas redes de relações sociais, desde a ordem afetiva do casal, até a ordem política do grupo social como um todo; inventam e reinventam o universo de símbolos que

justamente traduz o seu trabalho sobre o mundo, a sua ordem social, a sua vida e a sua afetividade (BRANDÃO, 1985, p. 36)

Em Curuperé, a subordinação dos padrões de vida tradicionais à sociedade de mercado causou a dinamização de outras atividades e interiorização de valores que influenciaram na “ordem social” da comunidade. Somou-se a isto as condições precárias do espaço e o não cumprimento do acordo.

5.1.2. Escola da Montanha, os cursos do SENAR e a exigência da qualificação

A expressão “ganância de estudar” feita por Davi (2010), eletrecista, 26 anos, filho mais novo do Sr. Teté, está relacionada ao estímulo dado aos estudos proporcionada pela presença das empresas. Em outro relato, Cleonice faz menção a qualificação

(...) eles iam dar emprego pra nossa família mesmo sabendo que não tinha nenhum profissional com grau de escolaridade elevada, tudo era ensino fundamental. Alguns tinham ensino fundamental completo, outros não, mas mesmo assim eles prometeram que iam dar emprego..e quando chegou lá eles selecionaram algumas pessoas, umas que já tinham terminado o ensino fundamental, tavam passando o ensino médio, né? Foi que eles deram pra três ou quatro pessoas (Cleonice, 2009)

Por outro lado, essa mesma expressão de certa forma começa a se opor a idéia de não pensar com “a cabeça velha” que ligava o trabalho à roça e à pesca. As circunstâncias traziam em seu bojo a necessidade de “mudar de vida” e a escola assume um papel fundamental.

Estudar para se empregar... Não deu para os pais, mas vai dar para os filhos. A esperança para filhos e jovens... A empresa fazia um levantamento para saber a escolaridade das pessoas. O horizonte é se empregar nas empresas e não mais tanto ser pescador (Eunice, 2009).

A empresa não fichava as pessoas da comunidade porque eram preguiçosos, vagabundos que não sabiam de nada. Era o que pensava o pessoal da empresa (Cleonice, 2009).

Ficou difícil a pescaria e a maioria se empregou Eu fui fichado em empreiteiras como ESTACON, SERVENG. Fui vigia e ajudante, carpinteiro, pedreiro, pintor, eletricitista para as empresas terceirizadas no campo da CVRD e da Rio Capim Caulim (Joaquim, 2009a).

Por essas razões a reivindicação por escola na comunidade passa a ser ponto de partida da luta política. Mas o novo, a presença da escola com vistas às necessidades impostas pelo presente, não faz a Comunidade esquecer o passado e o nome da escola é a manifestação viva dessa lembrança que teima, como diz

Ozéias (2010), em não se “apagar da memória”. A escola de Curuperé é fundada com o nome de “Escola da Montanha.”



Fotografia 9 – Escola da Montanha na Comunidade de Curuperé – visão ampliada
Fonte: Arquivo iconográfico da pesquisa (CARMO, 2010)



Fotografia 10 – Escola da Montanha na Comunidade de Curuperé – visão aproximada
Fonte: Arquivo iconográfico da pesquisa (CARMO, 2010)

A escola foi uma demanda da comunidade negociada com a empresa. Ela passa ser um meio para se conseguir trabalhar nos serviços ligados às empreiteiras (prestadoras de serviço) e às empresas mineradoras. A sua vinculação com o mercado de trabalho é direta e tem relação com a sobrevivência das famílias. Na

escola “se desemburra e se aprende para uma profissão” (Joaquim, 2010). A educação escolar começa então a ficar mais atrativa e ganha em ações e ao procurar acolher os alunos e trabalhar atividades voltadas para a realidade da comunidade. A apreensão da escola como valor foi responsável por mudanças no cotidiano dos membros da comunidade. Por causa da escola se chega mais tarde em casa e muitas dificuldades passam a ser assumidas. Vejamos alguns depoimentos:

A minha irmã estudava em Vila do Conde. Ela pulava na água pra ir pra escola. Mas aí depois já teve uma ponte, um elemento de conquista. por exemplo, a ponte foi uma briga da comunidade. A construção da escola na comunidade foi uma briga com a Pará Pigmentos em Curuperé... Não foi na negociação... Não entrou na negociação... Nós abrimos mão do banheiro de cada casa... Não havia água na comunidade e as pessoas tiveram que construir poço Amazonas, boca aberta... Em lugar do banheiro nós pedimos que fosse feito uma escola pra verem os filhos estudarem numa escola descente (Daniel, 2009)

Nós começamos a plantar [em Curuperé] cupuaçu, acerola, graviola, abacaxi, café, laranja, limão, manga, banana, biribá, jaca... só que sem conhecimento e as crianças já começaram a estudar porque fizeram uma escola melhor, o professor Roberto já era reconhecido como professor, minha esposa tava estudando, cunhada..Pra crescer tem que estudar..Lá já começou um movimento maior sobre esse conhecimento... Se ele não estudar ele não vai saber os direitos deles (Joaquim, 2009a)

No termo de doação da escola pela PPSA consta: “Escola em alvenaria coberta com telha de barro e piso acimentado, contento duas salas de aula, uma secretaria, uma cozinha, uma dispensa e dois banheiros” (TERMO DE DOAÇÃO, 1998). O referido termo, assinado por Aparecido Semenzato (Gerente de RH e Meio Ambiente/PPSA) e Jorge Dias dos Anjos (Presidente da Associação dos Moradores de Curuperé), é um exemplo de como a empresa tratou os problemas relacionados com o processo de deslocamento e assentamento.

Os cursos do SENAR podem ser apontados como outro elemento de busca de novos conhecimentos. De acordo com as informações de Daniel (2009), Joaquim (2009a), Miquéias (2009b), Ozéias (2009) e Davi (2010), os cursos iniciaram em 1994 e são desenvolvidos até hoje, havendo uma maior projeção até 1998, sendo diminuído posteriormente. Nesse período de 1994 a 1998 foram ofertados cursos como horticultura, manejo de açaí, produção de palmito, floricultura, psicicultura, criação de aves, dentre outros. A duração dos mesmos era de 40 horas e contavam com instrutores de Belém que, em muitos casos, negociava com os moradores da comunidade a forma de abordagem, favorecendo

um aprendizado que aliasse o conhecimento acumulado da comunidade com as técnicas ensinadas. Os cursos aconteciam no templo da Igreja ou na escola e quase sempre tinham atividades práticas que ocorriam na própria área da comunidade. Com estes cursos a comunidade passa: a planejar as atividades de plantio, a assimilar a idéia de plantar sem destruir e rever as práticas que não eram realizadas de maneira correta.

A presença do SENAR, que tem a missão de ofertar cursos profissionalizantes, é uma demanda da comunidade e fruto da parceria com a PPSA. As colaborações da ALBRAS e da Prefeitura no que se refere à doação de adubo e outros materiais para as aulas práticas também é resultado da luta que a comunidade aprende a organizar.

As turmas eram formadas de 15 participantes e o material didático (apostilas e canetas) distribuído a todos. O quadro que apresentamos em seguida exemplifica as aprendizagens adquiridas com os cursos do SENAR.

CURSOS DO SENAR			
NOME DO CURSO	LOCAL/PERÍODO	INSTRUTOR	O QUE SE APRENDEU?
Criação de viveiro	Igreja no Curupeté e na área Nova Vida (2001)	Juninho	- Preparar a área para criar mudas de plantas, a qual é semeada nos saquinhos e regada todo dia até nascer.
Guia em trilha ecológica	Na escola e na trilha (2004)	Mario Palheta	-Fazer levantamento da trilha e numerar todas as árvores com a circunferência de 60 cm, e ter conhecimento das árvores existente no local e saber tratar todas as pessoas.
Manuseio e operação de moto serra	Na escola da Comunidade (2006)	Marques Sanches	Operação do moto-serra de maneira correta r, amolação da corrente e limpeza das atletas dos cilindros
Manuseio e conservação do peixe	Atelier de costura da comunidade Nova Vida (2006)	Josepho Augusto "Argentino"	Fazer o manuseio é preciso todo cuidado na hora de conservar o peixe, para não estragar, medida do sal na água quando vai para prensa, e depois para o sol.

Quadro 16 – Cursos do SENAR por nome, local e período, instrutor e objetivos

O saber da experiência processou aprendizagens nesses diversos arranjos sócio-espaciais. O Quadro dos Aprendizados apresenta a racionalidade política dos próprios agentes do processo, valorizando as suas estratégias e ação coletiva, o que aponta para a sociabilidade educativa. As experiências sociais

desenvolvidas nas dinâmicas territoriais são reveladores do quanto as relações sociais vivenciadas entre indivíduos e grupos de uma determinada comunidade, e entre grupos com histórias diferentes, correspondem a contextos edificantes de práticas educativas. Assim, o contexto da nova dinâmica que culminou com o deslocamento compulsório permitiu novas ações: negociação com a empresa; estratégia de reivindicação; formação da Associação dos Moradores e parcerias com entidades (STRB, CPT e Projeto de Assessoria da UFPA). Com o deslocamento se aprendeu a: compreender a dinâmica do conflito; conviver com o sofrimento; se adaptar-se a novas situações; a desenvolver a consciência política; se organizar; a dar sentido à luta; reivindicar; valorizar a escola; formar liderança; negociar, dentre outros aprendizados. Nesse ambiente de campo de relações foram construídas experiências que garantiram a mobilização de saberes e práticas que colaboram para a formação humana. O território, assim, “respira” movimentos de mudanças e confrontos. A fronteira se reconstitui. “E por ser móvel, a fronteira refaz-se” (CASTRO, 2005, p. 18). O movimento de se refazer se dá também no campo da prática educativa, a partir da cultura do próprio contexto social. Essa é a perspectiva o quadro apresentados a seguir.

ASPECTOS	CONTEÚDOS APRENDIDOS	MEDIADORES	CATEGORIAS NATIVAS	LUTA POR ...
Espaço	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização da área anterior (Montanha) após a sua perda; - Conhecimentos sobre comércio com base na troca de mercadoria (exemplo: trocavam banana, maxixe, abóbora, carvão produzido por café, açúcar, arroz); - Construção de embarcações mais leves que exigiam mais conhecimento diferente das embarcações de alto poste, em função da foz rio Dendé que secava e por ser um rio raso. 	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias de Curuperé que já tinham experiência na área; - STRB que incentiva os moradores a valorizarem o local e não fazer negociação da nova área 	<ul style="list-style-type: none"> - “Mercantil fundo de quintal”: processo rústico de comercialização; - “Montaria”, “rabeta”: embarcações menores, mais leves que facilitava a navegação com maior velocidade no rio Dendé; - “Pesca da zaguaia”: pescar no fundo do rio pequeno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar o bem-estar e aprender a aproveitar o local.
Terra	<ul style="list-style-type: none"> - Saber adubar a terra, como também o planejamento e a técnica para o modo de produção que era uma necessidade em decorrência do terreno 	<ul style="list-style-type: none"> - Instrutores do SENAR que eram responsáveis pelos cursos de capacitação na área de plantio 	<ul style="list-style-type: none"> - “Terra rica”: não precisava do adubo, maior teor orgânico natural - “Terra pobre”: precisava do adubo com poucos elementos 	<ul style="list-style-type: none"> - Possuir o título da terra e que a que fosse produtiva que garantisse o sustento das famílias; - Não aceitavam a intervenção de

	ser pouco fértil e pedregoso.		orgânicos naturais	órgãos e empresa que impediam o avanço dos projetos da comunidade.
Casas	- Saber conviver com as casas mais próximas umas das outras; - Ter postura para conviver em vizinhança	- Famílias que passam a ter suas casas construídas perto umas das outras.	- “Vida miserável”: famílias em casas que não possuíam muitos bens; - “Vida razoável”: casas com móveis e eletrodomésticos básicos (cama, fogão e geladeira); “Casas de alvenaria”: casas mais resistentes.	- Melhorar a situação econômica e o consumo doméstico; - Melhorar as residências com o dinheiro obtido com o trabalho disponível.
Atividades de trabalho	- Adaptação em outras ocupações diferentes da origem da comunidade; - Aprenderam a observar mais como eram feitos os serviços e as tarefas; - Os homens tinham que atuar em muitas ocupações (agricultor, pedreiro, carpinteiro, vigia...); - As mulheres passaram a trabalhar como costureiras, domésticas nas casas de famílias, tendo que aprender a lidar com o cansaço em trabalhar em duas casas; - Aprenderam a lidar com as ferramentas elétricas (homens) e com os eletrodomésticos (mulheres)	- PPSA e empreiteiras que contratavam, quando possível, para atividades operacionais e de construção civil - Famílias urbanas que precisavam de domésticas para auxiliarem nas atividades de casa.	- “Mercado franco”: maior oferta de trabalho em razão da necessidade de mão-de-obra - “Mercado escondido”: era a pesca que não tinha muita perspectiva na Comunidade de Curupeté	- Necessidade de serem reconhecidos como cidadãos que têm direitos, inclusive o direito ao emprego digno; - Necessidade de escola de qualidade: “Lutar contra o saber que é pouco”

Quadro 17 – Aprendizados ocorridos com o deslocamento da Montanha para Curupeté

ASPECTOS	CONTEÚDOS APRENDIDOS	MEDIADORES	CATEGORIAS NATIVAS	LUTA POR ...
Modos de vida e relações sociais	- Os adultos aprenderam a ter mais disciplina para o trabalho, respeitando horários e normas. - Os filhos começaram a aprender a conviver sem a presença da mãe que ausenta para trabalhar; - Os filhos mais velhos aprendem a cuidar dos	- Famílias que mudam sua estrutura e relações para atender às demandas sociais de sobrevivência da vida urbana; - Escola que correspondia o espaço em que as crianças e jovens se encontravam	- “Bando rebelde”: referência aos grupos de jovens; “Tem que prestar”: corresponde a ter uma ocupação na vida	- Uma escola em que o professor seja capaz de motivar os alunos a estudarem;

	irmãos mais novos, a limpar casa e cozinhar; - Os jovens começam a conviver em grupos e são incentivados a ter profissão, ainda solteiros, para garantir a contribuição nas suas despesas e da família;	e, ao mesmo tempo, era a referência para se ter uma profissão.		
Liderança	- Aprenderam a ter uma visão política para conseguir os recursos para comunidade e compreender a dinâmica social que estavam envolvidos; - Aprenderam a formar associação e ter representação sindical.	- STRB que articulava ações com a associação - ASTRC que representava a comunidade nas reivindicações - CPT que assessorava a comunidade e cedia os advogados	- “Juiz da paz”, “cacique da comunidade”: conciliador, ajudava as pessoas, dividia as terras; - “Lider sindical”: preparado para o enfrentamento junto à empresa	- Reconhecimento dos direitos; - Respeito à herança dos antepassados; - Direito a negociar com respeito - Reconhecimento dos direitos; - Respeito à herança dos antepassados; - Direito a negociar com respeito
Segurança Alimentar	- Aprenderam a diversificar a alimentação, introduzindo novos hábitos alimentares, disponíveis na cidade.	- Famílias que começavam a alternar sua alimentação; - Comércio que vendiam produtos industrializados. - Projeto de Assessoria promovia curso de aproveitamento de alimentos	- “Peixe do gelo”: comercializado nos mercados; - “Comércio caseiro”: troca entre vizinhos de produtos; - “Charque do comércio”, “galinha do comércio”: alimentos que tinham que ser comprados - “Sopão comunitário”: comida feita para os participantes dos mutirões	- Evitar a fome; - Organização da comunidade para a promoção da horta comunitária que colaborava para a alimentação alternativa. - Alimentação equilibrada e saudável
Brincadeiras Infantis	- Aprenderam a jogar bola, que passou a ser brincadeira predominante, devido à ausência de praia e areia, como ocorria na Montanha; - Aprenderam a brincar com a lama das áreas de várzea.	- Crianças de Vila do Conde que faziam brincadeiras mais comuns na cidade e eram observados pelas crianças da comunidade, posteriormente, havia uma aproximação em que a maior parte passava a brincar juntos.	- “Sujinhos no Curuperé”: brincadeiras na várzea que deixava os participantes sujos com a lama; - “Brincadeira maluca”: uma espécie de variedades de brincadeiras que acontecem simultaneamente	- Construção de uma quadra poliesportiva em Curuperé para atender crianças e jovens, cuja mobilização foi iniciada pelo Prof. Roberto.

Quadro 18 – Aprendizados ocorridos com o deslocamento da Montanha para Curuperé

O referencial de análise para construção do quadro dos aprendizados é o das práticas educativas como práticas sociais e saberes produzidos nas múltiplas experiências com o deslocamento da Montanha para Curuperé, nas quais *ser e fazer* estão imbricados. No caso específico dessa prática educativa, um universo complexo de transformações sócio-espaciais coopera na ressignificação da cultura dos moradores. Os processos educativos se dão no âmbito do modo de vida, nas relações sociais, nas formas de ocupação e na organização coletiva e mobilização social da comunidade, produzindo um conjunto diverso e rico de saberes partilhados por todos os seus segmentos. As experiências de transformação e ressignificação nesta comunidade em particular estão diretamente relacionadas à disputa do território que -imprimiu na região.

De posse dos novos conteúdos aprendidos, a comunidade reiniciará mais um processo de reassentamento, ocasionado pelos problemas de terras e da poluição na área. O deslocamento de Curuperé se constituirá na terceira e última fase de reterritorialização desta comunidade, que passará por outras e novas profundas transformações.